

Eólica Serra das Vacas III S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas III S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas III S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	398	446	Fornecedores		215	72
Títulos e valores mobiliários	5	2.002	1.954	Arrendamentos	11	43	35
Contas a receber	6	1.958	1.839	Empréstimos e financiamentos	10	3.806	60.906
Impostos e contribuições a recuperar		225	280	Dividendos a pagar	14.4	1.672	2.964
Outros ativos		<u>10</u>	<u>481</u>	Obrigações tributárias		276	225
Total dos ativos circulantes		<u>4.593</u>	<u>5.000</u>	Ações preferenciais resgatáveis	12	5.271	7.583
				Outros Passivos	6	<u>3.304</u>	<u>2.459</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>14.587</u>	<u>74.244</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.344	3.157	Arrendamentos	11	1.910	1.837
Imobilizado	8	104.866	109.182	Empréstimos e financiamentos	10	57.705	-
Intangível	9	<u>374</u>	<u>378</u>	Partes Relacionadas	14.2	-	4.000
Total dos ativos não circulantes		108.584	112.717	Outros passivos	6	<u>2.148</u>	<u>372</u>
				Total dos passivos não circulantes		<u>61.763</u>	<u>6.209</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.1	42.176	38.176
				Prejuízos acumulados		<u>(5.349)</u>	<u>(912)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>36.827</u>	<u>37.264</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>113.177</u></u>	<u><u>117.717</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>113.177</u></u>	<u><u>117.717</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	15	12.509	14.456
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16	(10.148)	(8.536)
LUCRO BRUTO		<u>2.361</u>	<u>5.920</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(225)	(177)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas			
LUCRO OPERACIONAL		<u>2.136</u>	<u>5.743</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	134	633
Despesas financeiras	18	<u>(6.157)</u>	<u>(6.780)</u>
		(6.023)	(6.147)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(3.887)</u>	<u>(404)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	19	<u>(550)</u>	<u>(690)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(4.437)</u>	<u>(1.094)</u>
Média ponderada das ações - em milhares		<u>38.362</u>	<u>45.875</u>
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	14.5	<u>(0,12)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(4.437)	(1.094)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(4.437)</u>	<u>(1.094)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social integralizado						
	Nota explicativa	Capital subscrito	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		51.043	6.611	(9.478)	182	-	48.358
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(1.895)	-	-	-	(1.895)
Ajuste para adequação às normas do CPC		-	-	1.895	-	-	1.895
Redução de capital	14.1	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.094)	(1.094)
Absorção de reserva com prejuízo do exercício		-	-	-	(182)	182	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>41.043</u>	<u>4.716</u>	<u>(7.583)</u>	<u>-</u>	<u>(912)</u>	<u>37.264</u>
Ações preferenciais resgatáveis	12		(2.312)				(2.312)
Ajuste para adequação às normas do CPC				2.312			2.312
Aumento de capital	14.1	4.000					4.000
Prejuízo do exercício						(4.437)	(4.437)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>45.043</u>	<u>2.404</u>	<u>(5.271)</u>	<u>-</u>	<u>(5.349)</u>	<u>36.827</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(4.437)	(1.094)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	5.624	5.572
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	145	77
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.291	5.212
Apropriação de custos sobre empréstimos	10	33	33
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	17	(132)	(617)
Valor residual da baixa do imobilizado/intangível	8 e 9	-	35
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(119)	402
Impostos e contribuições a recuperar		55	20
Outros ativos		471	(465)
Fornecedores		143	(15)
Obrigações tributárias		538	528
Outros passivos		2.621	1.070
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(2.200)	(5.037)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(487)	(654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>6.546</u>	<u>5.067</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		(102)	7.433
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	<u>(1.185)</u>	<u>(878)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(1.287)</u>	<u>6.555</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/Redução de Capital	14.1		(6.000)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	(2.312)	(1.895)
Dividendos pagos	14.4	(1.292)	(500)
Arrendamentos pagos	11	(184)	(86)
Empréstimos e financiamentos pagos	10	(1.519)	<u>(2.705)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(5.307)</u>	<u>(11.186)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(48)</u>	<u>436</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		446	10
Saldo no fim do exercício		398	446
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(48)</u>	<u>436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas III S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$69.244. Esse fato refere-se, substancialmente, a reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do longo para o curto prazo. A reclassificação desse montante para o passivo circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, mas o mesmo seja superior ou igual a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20, o que foi realizado em 26 de março de 2020, a fim de se assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Conforme nota explicativa nº 10, em julho de 2020, a Companhia recebeu a confirmação do BNDES acerca da dispensa no atingimento do ICSD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no que tange aos “Empréstimos e Financiamentos”.

Desta forma, no período findo em 31 de dezembro de 2020, os passivos de “Empréstimos e Financiamentos” estão classificados entre circulante e não-circulante, de acordo com os fluxos de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$9.995. A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes referem-se a ações resgatáveis, dividendos a pagar e obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras, correspondendo à totalidade dos saldos vincendos nos próximos doze meses, enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paratama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 251 de 4 de junho de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5536, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando há a transferência do controle para o comprador.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

- a) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras.

3.16. Normas novas e revisadas ainda não aplicáveis

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

<u>Novas Normas, alterações e interpretações</u>	<u>Vigência a partir de</u>
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (i)	Data não definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (ii)	1º de janeiro de 2023

(i) Alteração da estrutura conceitual

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

(ii) Revisão de outras normas

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	393	441
Aplicações financeiras (*)	<u>4</u>	<u>4</u>
Total	<u>398</u>	<u>446</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>2.002</u>	<u>1.954</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 89,56% do CDI (96,53% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2019).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (a)	<u>1.958</u>	<u>1.839</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apurou déficit na geração de energia anual e quadrienal e, desta forma, a constituiu provisão no passivo a ser liquidada de acordo com os prazos previstos nos contratos do CCEAR. O montante está alocado na rubrica de "Outros passivos", sendo R\$3.304 classificado no passivo circulante e R\$1.775 no passivo não-circulante.7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>3.344</u>	<u>3.157</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 89,56% do CDI (96,53% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2019).

As aplicações financeiras vinculadas trata-se de conta reserva exigida pelo BNDES, conforme nota explicativa nº 10, como garantia pela disponibilização dos recursos. O saldo é aferido mensalmente conforme contratos.

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Material em depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	37	239	276
Baixa	(35)	-	(35)
Aquisições	-	510	510
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2</u>	<u>749</u>	<u>751</u>
Transferência	-	(173)	(173)
Aquisições	-	1.185	1.185
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2</u>	<u>1.761</u>	<u>1.763</u>

b) Imobilizado em serviço

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis benfeitorias</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Provisão para desmobilização</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	350	17.206	93.813	26	-	-	111.395
Aquisições	-	-	254	99	-	-	353
Arrendamentos	-	-	-	-	1.881	-	1.881
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	372	372
Depreciações	-	(657)	(4.835)	(2)	(34)	(43)	(5.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>350</u>	<u>16.549</u>	<u>89.232</u>	<u>123</u>	<u>1.847</u>	<u>329</u>	<u>108.430</u>
Transferência	-	-	173	-	-	-	173
Arrendamentos	-	-	-	-	120	-	120
Depreciações	-	(657)	(4.858)	(7)	(87)	(11)	(5.620)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>350</u>	<u>15.892</u>	<u>84.547</u>	<u>116</u>	<u>1.880</u>	<u>318</u>	<u>103.103</u>
Segregado em:							
Custo	350	19.178	108.724	138	2.002	372	130.764
Depreciação acumulada	-	(3.286)	(24.177)	(22)	(122)	(54)	(27.661)
Total	<u>350</u>	<u>15.892</u>	<u>84.547</u>	<u>116</u>	<u>1.880</u>	<u>318</u>	<u>103.103</u>

Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2020 104.866
 Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2018 109.182

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. INTANGÍVEL

	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	346	18	364
Aquisições		15	15
Amortização	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>346</u>	<u>32</u>	<u>378</u>
Amortização	-	(4)	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>346</u>	<u>28</u>	<u>374</u>
Segregado em:			
Custo	346	40	386
Amortização acumulada	-	(12)	(12)
Total	<u>346</u>	<u>28</u>	<u>374</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da controladora Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controladora não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, as controladas da Companhia procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula sexta do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10, a Controladora deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Controladora deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Controladora apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

Em junho de 2020, a Companhia fez o pleito ao Plano de Ação Emergencial do Covid-19 do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, denominado “Stand Still”, cujo deferimento ocorreu em 7 de julho de 2020. O “Stand Still” foi criado com intenção de mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 no Brasil, o qual consiste na suspensão dos pagamentos (principal e juros), por um período de seis meses. Nesse período, os montantes de principal e juros postergados serão capitalizados ao saldo devedor do contrato.

Em 20 de julho de 2020, a Companhia e sua controladora receberam comunicado do BNDES informando que está dispensada do cumprimento do ICSD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, desta forma, procedeu com a reclassificação da dívida entre circulante e não-circulante, conforme fluxo de pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação às cláusulas de vencimento antecipado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
BNDES	61.899	61.328
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(388)</u>	<u>(422)</u>
Total	<u>61.511</u>	<u>60.906</u>
Segregado entre:		
Circulante	3.806	60.906
Não circulante	<u>57.705</u>	<u>-</u>
Total	<u>61.511</u>	<u>60.906</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$ mil
2022	3.883
2023	4.151
2024	4.437
2025	4.742
2026 – 2030	29.080
2031 – 2032	11.412
	<u>57.705</u>
A movimentação do exercício é conforme segue:	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	63.403
Amortização de principal	(2.705)
Amortização de juros	(5.037)
Juros incorridos	5.212
Apropriação de custos de transação	33
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>60.906</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.906
Amortização de principal	(1.519)
Amortização de juros	(2.200)
Juros incorridos	4.291
Apropriação de custos de transação	33
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u>61.511</u>

11. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Mais de 5 anos	2020	2019
Total dos Contratos	4.144	4.063
Encargos financeiros futuros	(2.191)	(2.191)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>1.953</u>	<u>1.872</u>
Circulante	43	35
Não circulante	1.910	1.837
	<u>1.953</u>	<u>1.872</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

Arrendamentos	
Adoção em 1 de janeiro de 2019	1854
Adição de novos contratos e atualização monetária	27
Apropriação de juros	77
Amortizações	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.872</u>
Atualização monetária	120
Apropriação de juros	145
Amortizações	(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.953</u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 8.

12. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	2020	2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>5.271</u>	<u>7.583</u>

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$12.312.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 1.848.399. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,6956	0,3948	1,3008

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2.867, e parte como reserva de capital no montante de R\$2.404. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$5.271, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1.848.399	5.271	2.867	2.404
Movimentação 2019				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital	Valor resgatado	Total reserva
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.867	6.611	(1.895)	4.716
Movimentação 2020				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital	Valor resgatado	Total reserva
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.867	4.716	(2.312)	2.404

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 8 de outubro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela redução de capital por considerá-lo excessivo, no montante de R\$10.000. A redução dar-se-ia mediante o cancelamento de 10.000.000 ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 dezembro de 2020, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pela retificação das deliberações dadas na Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2019, alterando assim o texto original relacionado a redução de capital, que passou a ser de R\$6.000 e não mais de R\$10.000, representado pelo cancelamento de 6.000.000 ações ordinárias. Como efeito, o saldo em aberto a pagar à controladora foi convertido em integralização de 4.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$4.000.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$45.043 (R\$41.043 em 31 de dezembro de 2019) dividido em: (i) 42.176.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (38.176.000 em 31 de dezembro de 2019); e (ii) 1.848.399 ações preferenciais resgatáveis (3.753.972 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	2019					
	Capital subscrito e integralizado	Redução de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	48.176	(10.000)	2.867	41.043	41.929.972	100%
	2020					
	Capital subscrito e integralizado	Integralização de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	38.176	4.000	2.867	45.043	44.024.399	100%

14.2. Partes relacionadas

	2020	2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	4.000

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.1, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019, foi convertido em aumento de capital.

14.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

14.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

14.5. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(4.437)	(1.094)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	38.362.301	45.874.630
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,1157)	(0,0238)

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Suprimento de energia elétrica – ACL e MCP	314	266
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	16.744	16.055
Sobras e déficit da obrigação contratual – CCEAR	<u>(3.858)</u>	<u>(1.202)</u>
Receita Bruta	13.200	15.119
Deduções:		
PIS e COFINS	(623)	(596)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(68)</u>	<u>(67)</u>
Total	<u>(691)</u>	<u>(663)</u>
Total de Receita Líquida	<u><u>12.509</u></u>	<u><u>14.456</u></u>

16. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Energia comprada para revenda	(43)	(41)
Depreciação e amortização	(5.624)	(5.572)
Serviços de terceiros	(3.346)	(1.557)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(752)	(735)
Arrendamentos e aluguéis	(7)	(126)
Material	(253)	(357)
Outros	<u>(123)</u>	<u>(148)</u>
	<u><u>(10.148)</u></u>	<u><u>(8.536)</u></u>

17. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de terceiros	(224)	(171)
Outras despesas	<u>(1)</u>	<u>(6)</u>
Total	<u><u>(225)</u></u>	<u><u>(177)</u></u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	132	617
Outras	<u>2</u>	<u>16</u>
Total	<u>134</u>	<u>633</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.291)	(5.212)
Comissão fiança	(1.448)	(1.237)
Outras	<u>(418)</u>	<u>(331)</u>
Total	<u>(6.157)</u>	<u>(6.780)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.023)</u>	<u>(6.147)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Suprimento de energia	17.058	17.058	16.321	16.321
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	1.365	2.047	1.306	1.959
Receitas financeiras	132	132	617	617
Outras receitas	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>16</u>	<u>16</u>
Base de cálculo	1.499	2.181	1.939	2.592
Alíquota	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Subtotal	(225)	(196)	(291)	(233)
Adicional de IRPJ	<u>(129)</u>	<u>-</u>	<u>(166)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(354)</u>	<u>(196)</u>	<u>(457)</u>	<u>(233)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(550)</u>		<u>(690)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2020	2019
<u>ATIVOS</u>			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	398	446
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2.002	1.954
Contas a receber	Custo amortizado	1.958	1.839
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.344	3.157
<u>PASSIVOS</u>			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	61.151	60.906
Fornecedores	Custo amortizado	215	72
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	4.000
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	5.271	7.583
Outros passivos	Custo amortizado	5.452	2.831
Arrendamentos	Custo amortizado	1.953	1.872
Dividendos a pagar	Custo amortizado	1.672	2.964

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 4,55%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 2,75%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2020	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	3.344	CDI	92	115	138
Títulos e valores mobiliários	2.002	CDI	55	69	83
Empréstimos e financiamentos	<u>(61.511)</u>	TJLP 2,45%	<u>(4.306)</u>	<u>(5.382)</u>	<u>(6.459)</u>
	<u>(56.165)</u>		<u>(4.159)</u>	<u>(5.198)</u>	<u>(6.238)</u>

h) Risco de capitalização

	2020	2019
Dívida de empréstimos, financiamentos	61.511	60.906
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	<u>(5.744)</u>	<u>(5.557)</u>
Dívida líquida	55.767	55.349
Patrimônio líquido	<u>36.827</u>	<u>37.264</u>
Relação dívida líquida e patrimônio líquido - %	<u>151%</u>	<u>149%</u>

21. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.500 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possui reajuste anual pelo IPCA.

22. SEGUROS

A Companhia, através de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2020	19/12/2021	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2020	19/12/2021	Controladas

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	2020	2019
Atualização dos contratos /Adoção Inicial – arrendamentos/imobilizado	120	1.881
Capitalização do saldo de partes relacionadas (nota explicativa 14.2)	4.000	-
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	-	372

24. COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Federal estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados o setor de energia elétrica e, por consequências, as empresas geradas de energia. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando normalmente, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia, mediante gerenciamento de risco, avaliou os potenciais impactos do COVID-19 em suas operações, e:

- Não houve impacto na geração de energia no período e não há expectativa de impacto futuro.
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes.
- Durante as operações do exercício de 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança. Dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Implementação do “home office” para o “backoffice”.
- Distanciamento de pessoal ligado à operação.
- Escalas alternadas e utilização de cuidados higiênicos.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 15 de março de 2021.
